

A SEGREGAÇÃO COMO CONTEÚDO NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO DE ILHA SOLTEIRA/SP

Luiz Henrique Mateus Lima

Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Faculdade de Filosofia,
Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo
luizlimahm@gmail.com

RESUMO: Planejada no final da década de 1960 para ser uma cidade-dormitório durante a construção da usina hidrelétrica, uma mudança fez com que o núcleo inicial, que receberia os trabalhadores de várias partes do país, fosse implantado como uma cidade definitiva. Contudo, este planejamento foi feito de uma forma separativa, ou seja, os operários foram divididos por níveis e suas moradias foram construídas em locais diferentes, afastando-os dos níveis mais altos ou mais baixos. Até mesmo o acesso à educação e ao lazer foi feito de forma desigual. As crianças tinham escolas específicas de acordo com o cargo dos pais, assim como os operários frequentavam clubes diferentes. Tudo foi definido de acordo com a função que cada um exercia neste período. O objetivo deste artigo é apresentar, através de revisão bibliográfica e trabalho de campo, o vir a ser desta cidade, mostrando de que forma a segregação foi um conteúdo para a produção do espaço urbano de Ilha Solteira.

PALAVRAS-CHAVE: Segregação; produção do espaço urbano; Ilha Solteira.

SEGREGATION AS CONTENT IN THE PRODUCTION OF URBAN SPACE IN ILHA SOLTEIRA/SP

ABSTRACT: Planned in the late 1960s to be a dormitory city during the construction of the hydroelectric power plant, a change meant that the initial core, which would receive workers from various parts of the country, was set up as a permanent city. However, this planning was done in a separative way, that is, the workers were divided by levels and their houses were built in different places away from the higher or lower levels. Even access to education and leisure was unequal. The children had specific schools according to their parents' position, just as the workers

attended different clubs. Everything was defined according to the function that each one performed in this period. The purpose of this article is to present, through literature review and field research, the become of this city, showing how segregation was a content for the production of the urban space of Ilha Solteira.

KEYWORDS: Segregation; production of urban space; Ilha Solteira.

1. INTRODUÇÃO

Segundo Carlos (2011, p. 64), a noção de produção do espaço surge desde antes do capitalismo. A autora destaca que esta questão “se perde numa história de longa duração iniciada no momento em que o homem deixou de ser coletor e caçador e criou condições de, através de seu trabalho, transformar efetivamente a natureza (dominando-a)”. Nesse contexto, a autora prossegue ressaltando que:

No capitalismo, essa produção adquire contornos e conteúdos diferenciados dos momentos históricos anteriores, expande-se territorial e socialmente [...] incorporando as atividades do homem, redefinindo-se sob a lógica do processo de valorização do capital. Nesse contexto, o próprio espaço assume a condição de mercadoria como todos os produtos dessa sociedade. A produção do espaço se insere, assim, na lógica da produção capitalista que transforma todo o produto dessa produção em mercadoria.

Com o espaço sendo transformado em mercadoria, o acesso passa a ser definido de forma diferente. Nesse contexto, usando como exemplo a habitação, o acesso é definido de acordo com a condição financeira do interessado. Assim, quem tem maior poder aquisitivo pode escolher viver em locais melhores. As áreas mais e menos valorizadas são destinadas a segmentos distintos. Essa mercantilização do solo urbano resulta em processos como a segregação socioespacial, que reforça a separação entre os cidadãos no interior das cidades. A segregação, segundo Carlos (2018, p. 27), se manifesta como:

[...] diferença, tanto na forma de acesso à moradia (a expressão mais evidente da mercantilização do espaço urbano) [...] bem como através da deterioração, cercamento ou diminuição dos espaços públicos (expressão do estreitamento da esfera pública). Essa diferenciação ganha realidade na separação/apartamento que condicionam as relações sociais e também no modo como cada cidadão apropria-se do espaço.

Contudo, quem produz o espaço? Acerca dessa questão, Corrêa (2011, p. 43) ressalta que esse processo é resultado da ação de agentes “dotados de interesses, estratégias e práticas espaciais próprias, portadores de contradições e geradores de conflitos entre eles mesmos e com outros segmentos da sociedade”. Entre os agentes mencionados pelo autor, estão os proprietários fundiários, promotores imobiliários, empresas etc., que produzem o espaço ao mesmo tempo que também são responsáveis pelos processos que criam e reforçam as desigualdades nas cidades. Dessa forma, se, conforme salienta Sennett (2014, p. 78), a cidade é “um meio no qual estranhos podem se encontrar”, os diferentes agentes envolvidos em sua produção podem realizar ações que evitem esses encontros indesejados, afastando-os. Esse é um problema que pode ser identificado no recorte territorial deste artigo.

Neste trabalho, temos como objetivo trazer algumas considerações acerca da segregação como um conteúdo na produção do espaço urbano de Ilha Solteira, que desde o início transformou a cidade em um mosaico composto por conjuntos de bairros em que há uma homogeneidade visível. Segundo Corrêa (2013, p. 44), a espacialidade deste processo se manifesta “por meio de áreas nas quais concentra-se, em cada uma, um grupo social dotado de relativa homogeneidade, a qual viabiliza a existência e reprodução de cada grupo”. No caso de Ilha Solteira, os cidadãos foram separados desde o local da moradia até os locais de estudo e lazer. Desta forma, quanto maior ou menor fossem os cargos e as qualificações dos trabalhadores, cada segmento teria direito a acessar um local diferente dos outros. Assim, um pedreiro não poderia frequentar o mesmo clube que os engenheiros ou médicos frequentavam, por exemplo, da mesma forma que, em outros casos, os seus filhos estudariam em escolas diferentes. Basicamente, desde o início cada um já sabia qual era o seu lugar na comunidade.

Para este artigo, realizaremos uma discussão pautada na revisão bibliográfica de trabalhos que tiveram como objeto de estudo a cidade de Ilha Solteira. Foram realizados também trabalhos de campo e coleta de informações em diferentes *sites*.

2. PRIORIZANDO A SEGREGAÇÃO

Localizada na região Noroeste do estado de São Paulo, Ilha Solteira conta atualmente com uma população de 26.686 pessoas segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2019). Na página a seguir, a figura 01 traz a localização da cidade em comparação com a capital do estado. Um primeiro ponto a se destacar é que Ilha Solteira não foi criada da mesma forma que outras pequenas cidades no interior de São Paulo. Ela não é resultado da doação de terras de um fazendeiro para homenagear uma figura religiosa, por exemplo, assim como também não é um núcleo criado por imigrantes de outros países etc. Esta cidade surgiu a partir do planejamento de uma empresa, que precisava de um lugar para alocar trabalhadores.

Segundo Moraes e Araújo (2005, p. 64), a origem de Ilha Solteira está “relacionada com a questão da implantação no Brasil de empreendimentos energéticos”. Uma das etapas da obra foi a criação de um núcleo que serviria como alojamento para as pessoas que chegavam de diferentes regiões para trabalhar na construção do empreendimento. Nesse caso, a usina hidrelétrica de Ilha Solteira era a segunda de três empreendimentos que seriam construídos na região Noroeste do estado. Todavia, uma mudança no projeto resultou posteriormente na criação de uma aglomeração definitiva, fundada em 1968, que continuaria após o final das obras.

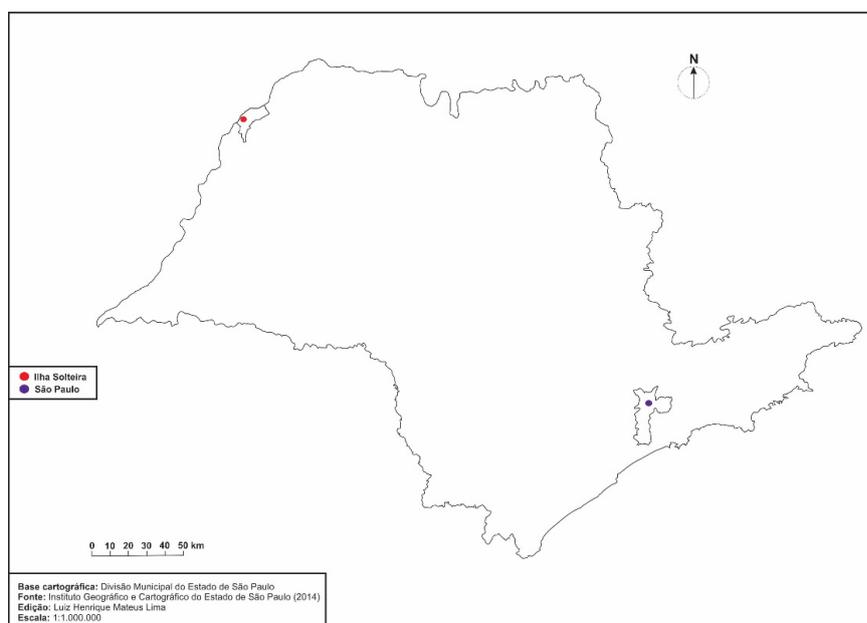


Figura 01. Localização de Ilha Solteira no estado de São Paulo.

Segundo Dourado (2007, p. 67) ressalta, havia a expectativa da construção de três usinas hidrelétricas:

1ª – Construção da Usina de Jupuíá, no Rio Paraná; 2ª – Construção da Usina de Ilha Solteira, no Rio Paraná; 3ª – Construção da Usina Três Irmãos, no Rio Tietê e Canal de Pereira Barreto, ligando o Rio Tietê ao Rio Paraná, através do Rio São José dos Dourados.

A figura 02 mostra a localização de cada uma das três usinas que seriam implantadas, sendo o empreendimento em Jupuíá o primeiro a ser concluído, em 1974.

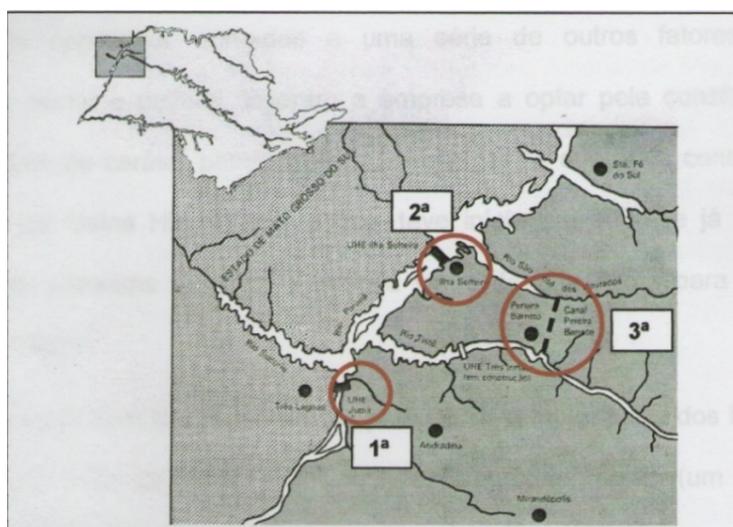


Figura 02. Localização das usinas hidrelétricas.
Fonte. Companhia Energética de São Paulo (1988) apud Dourado (2007).

Um ponto importante a se destacar é que a mão de obra utilizada na construção da usina de Jupuíá, a primeira do projeto, foi usada posteriormente em Ilha Solteira. Os dois empreendimentos estão localizados relativamente próximos, o que facilitou o deslocamento das famílias. Conforme Sávio (2011, p. 44) salienta, o “novo núcleo iria aproveitar, de início, a mão de obra dispensada pelo fim dos trabalhos de construção de Jupuíá”.

Ao mesmo tempo, dada a dimensão da obra da nova hidrelétrica, recrutaria mão de obra, em grande escala nos núcleos urbanos próximos, num raio de 100 quilômetros, onde boa parte dos trabalhadores já viajavam diariamente para trabalhar em Jupuíá.

Com o grande contingente de pessoas se deslocando para Ilha Solteira, Sávio (2011, p. 16-7) destaca que o “núcleo urbano surgiu para dar suporte a uma das maiores obras da engenharia brasileira e chegou a ter 32 mil habitantes no pico da construção, em 1972”. Além disso, a cidade contava com alguns pontos positivos que a diferenciavam de outros pequenos núcleos urbanos localizados na região Noroeste do estado:

Por ter sido planejada, a cidade nasceu com larga vantagem sobre os demais municípios. Todas as cinco mil casas construídas tinham redes de água, esgoto e energia elétrica – e por muitos anos seus moradores sequer precisaram pagar por esses benefícios. As casas, de diferentes níveis, foram distribuídas em lotes, sempre com grande arborização e fácil acesso a centros comerciais e áreas de lazer e convivência.

A divisão das moradias foi estabelecida por níveis, que iam de 1 a 6. Dessa forma, cada operário viria a ocupar uma residência que seria distribuída de acordo com a sua função na construção da usina. Assim, os engenheiros e os médicos ocupavam as melhores casas, enquanto que os “peões” ocupavam as moradias inferiores. O tamanho das casas também respeitava essas distinções. O quadro 01 traz os níveis das habitações e quais os segmentos viviam nelas.

Nível da Moradia	Descrição da Habitação	Quem ocupava
1	Sala, 1 a 2 dormitórios, cozinha, banheiro, tanque, alpendre, área de frente e fundo	Operários não especializados: ajudantes, serventes, vigias e zeladores
2	Sala, 2 a 3 dormitórios, cozinha, banheiro, lavanderia, alpendres, área da frente e fundo	Profissões manuais: carpinteiros, encanadores, mecânicos, pedreiros, pintores
3	Semelhante do nível 2, mas com melhoramentos na estrutura interna	Auxiliares administrativos: chefes de turma, encarregados, mestres de obra, fiscais e laboratoristas
4	Sala, 3 dormitórios, cozinha, banheiro, lavanderia, alpendres, área de frente e fundo, abrigo para automóvel	Assistentes técnicos: auxiliar de serviço social, desenhistas, projetistas, encarregados de operação e de manutenção, inspetores de segurança, inspetores sanitários e professores de ensino primário
5	Sala, 3 dormitórios, cozinha, banheiro, lavanderia, dormitório e banheiro para empregada, alpendres, área de frente, abrigo para automóvel, área lateral de serviço e área de fundo para expansão	Técnico-administrativo ou pessoal de cargo de chefia: agrimensores, professores de ensino técnico, professores de ensino médio, orientadores educacionais e orientadores pedagógicos

6	Sala de estar, sala de jantar, 4 dormitórios, banheiro, lavabo, copa, cozinha, lavanderia, dormitório e banheiro para empregada, alpendres, área de frente, abrigo para automóvel, área lateral e área de fundo para expansão.	Encarregados de nível universitário, profissionais liberais como médicos, engenheiros, arquitetos, economistas e assistentes sociais
---	--	--

Quadro 01. Distribuição das moradias em Ilha Solteira.

Fonte. Companhia Energética de São Paulo (1988) *apud* Dourado (2007).

Essa divisão das moradias por níveis traz a segregação como um conteúdo para a produção do espaço urbano de Ilha Solteira. Além de estarem ocupando casas com estruturas bastante distintas, as localizações também eram planejadas. Conforme Sávio (2011, p. 50) ressalta, essa ideia de “agrupar a população por níveis de categorias profissionais talvez tenha sido a mais polêmica de todo o projeto e a que mais causou problemas para a população ao longo dos próximos anos”. Nesse contexto, “mesmo sabendo dos riscos de segregação, o projeto optou por tentar amenizá-los, distribuindo as casas de modo a provocar uma certa nivelção social – o que, de fato, pouco aconteceu”.

A separação entre os citadinos marcou o início da existência de Ilha Solteira. Segundo Dourado (2007, p. 73), esse afastamento “assumiu uma forma institucionalizada e foi determinante na vida do indivíduo e de sua família, pois dela decorria, desde o tipo de casas até o local de lazer que poderia ser frequentado”.

Nesse caso, os momentos de lazer dos operários eram realizados em locais pré-determinados, ou seja, quem vivia nas moradias de níveis 1 e 2, por exemplo, frequentava clubes específicos.

Acerca dessa questão, Dourado (2007, p. 73-4) destaca a construção do Clube Atlético de Ilha Solteira (CAIS), inaugurado em 1970 e destinado aos funcionários de níveis 5 e 6; da Sociedade Esportiva de Ilha Solteira (SEIS), inaugurado no mesmo ano e destinado aos níveis 3 e 4; e da Sociedade Recreativa dos Trabalhadores de Urubupungá, para os níveis 1 e 2. As figuras 3 e 4 trazem a entrada dos clubes CAIS e SEIS.



Figura 03. Clube CAIS.
Fonte. Museu virtual de fotos históricas de Ilha Solteira e região.



Figura 04. Clube SEIS.
Fonte. Museu virtual de fotos históricas de Ilha Solteira e região.

Esse tipo de separação entre os cidadãos resultava em algumas situações constrangedoras, como, por exemplo, um caso citado por Froelich (2001, p. 84) em que “um peão se casou com uma professora, mas não podia utilizar o clube que ela frequentava, porque era de um nível superior ao seu”.

Vianna (2012, p. 118) ressalta que “nos grandes empreendimentos no Brasil a partir de 1950, além de vilas de caráter definitivo, havia a necessidade de se construir vilas para o uso temporário, destinadas aos trabalhadores absorvidos no período das obras”. Nesse sentido, para a construção da usina de Jupuíá, por exemplo, foi construído um núcleo urbano temporário, que posteriormente foi desmontado. Por outro lado, no caso de Ilha Solteira, o projeto já visava um núcleo urbano permanente.

Foi a partir do golpe militar de 1964 que, segundo D’Almeida (2012, p. 72), os projetos para o “acampamento de trabalhadores incorporarão o discurso de tornar o núcleo urbano permanente no território, depois que a usina entrasse em operação”.

Além disso, havia a questão do controle que era exercido pela empresa responsável pelo empreendimento. Assim, os moradores que viriam a ocupar esses locais pouco tinham a fazer além de respeitar o “regulamento” do local. Sobre isso, Vianna (2012, p. 118) argumenta que:

Características como a segregação funcional, a marginalização de determinados segmentos sociais e o isolamento determinaram certos padrões comportamentais nessas comunidades. O domínio exercido pela empresa subordinava os moradores à sua influência e ao seu controle. Ela não era apenas a empregadora, mas também a detentora das moradias e dos equipamentos coletivos, determinando, assim, as regras que deveriam ser seguidas dentro e fora do trabalho.

Basicamente, em se falando dos assentamentos construídos pela Companhia Energética de São Paulo (CESP), o controle sobre os trabalhadores e a separação entre os diferentes segmentos estavam sempre presentes. Vianna (2012, p. 122) salienta que, nos projetos da empresa, destacavam-se o “isolamento – localização no campo, próximo dos lagos e das usinas – e a autonomia dos núcleos”; a “separação física entre moradias e eventualmente também entre hotéis e clubes, destinados às diferentes classes sociais e categorias funcionais”; a “diferenciação no padrão das casas” e o “controle do tempo livre do trabalhador”. Todavia, a autora cita também que era comum que, com o passar dos anos, esse controle excessivo fosse sendo reduzido. No caso de Ilha Solteira, a influência que a CESP tinha no cotidiano do núcleo urbano praticamente teve fim com a emancipação da cidade, em 1992.

A seguir, a figura 05 apresenta a distribuição das moradias pelo núcleo urbano de Ilha Solteira.

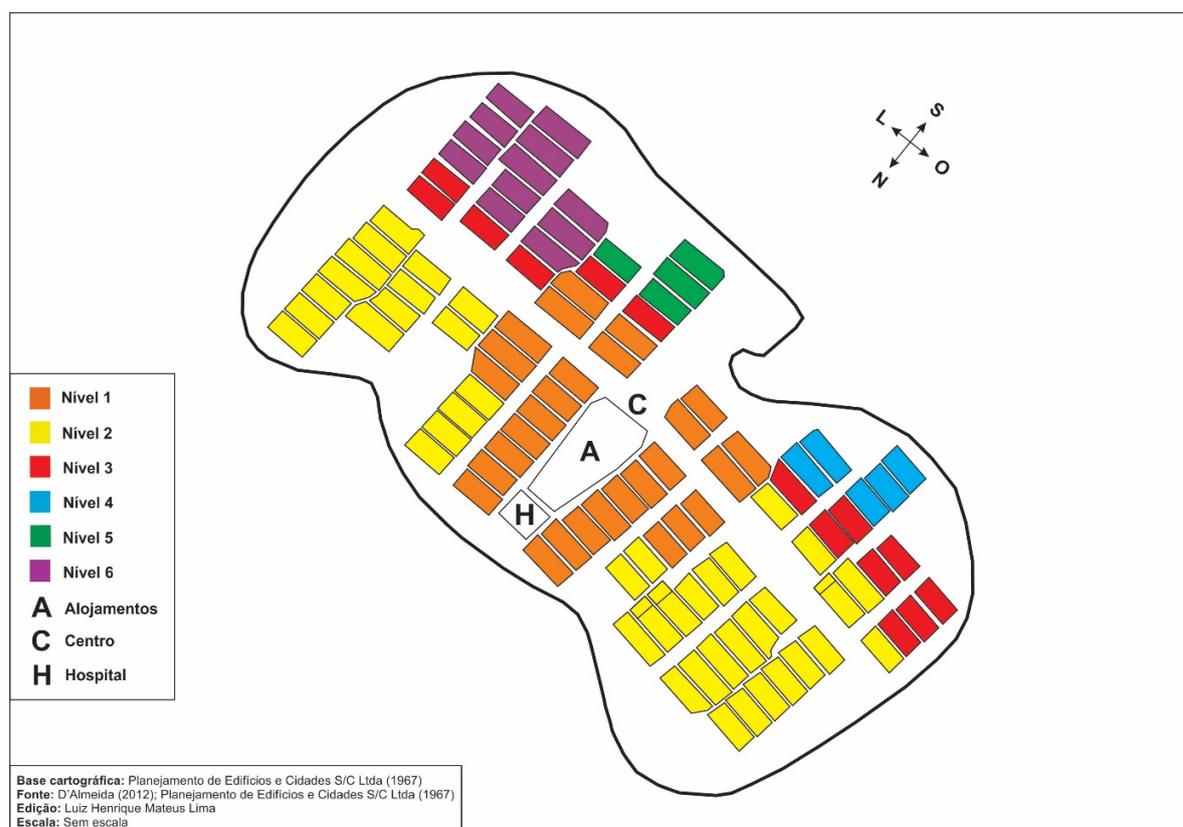


Figura 05 - Distribuição das moradias.

O mapa oficial de Ilha Solteira, segundo Vianna (2012, p. 236) foi elaborado como um “desenvolvimento linear, ou seja, o crescimento do núcleo se processaria com a expansão da área urbana no sentido longitudinal”.

O eixo transversal dividia o núcleo em área Norte e área Sul e isso se tornaria uma referência. O eixo longitudinal foi chamado de Avenida Brasil Norte de um lado do centro comunal e Avenida Brasil Sul, do outro lado. No centro geométrico deste eixo ergueu-se uma grande caixa d’água, de 33 metros de altura, constituindo um monumento da cidade.

Abaixo, as figuras 06 e 07 mostram imagens aéreas da cidade no final da década de 1960 e também a localização da referida caixa d’água, que marca o centro da cidade.



Figura 06. Imagem aérea de Ilha Solteira.

Fonte. Museu virtual de fotos históricas de Ilha Solteira e região.



Figura 07. Caixa d'água localizada no centro da cidade.

Fonte. Museu virtual de fotos históricas de Ilha Solteira e região.

Desde o início, a cidade conta com uma avenida central, que a atravessa de uma ponta a outra e separa as zonas Norte e Sul. Nas figuras 06 e 07 é possível ver a localização desta avenida, inclusive passando ao lado da caixa d'água.

A figura 05, apresentada anteriormente mostra que há uma proximidade entre as casas de níveis 5 e 6 com as de nível inferior. Sobre isso, Sávio (2011, p. 52) destaca que essa foi uma forma de tentar “amenizar a segregação entre as diversas zonas residenciais”. Contudo, mesmo com essa tentativa, a separação continuava sendo visível não só em relação às moradias, mas também em outros casos, como ocorre com os clubes da cidade. Apesar de promover uma separação visível entre as diferentes classes que vivem no espaço urbano, a segregação não rompe completamente com as relações entre os cidadãos. Conforme Villaça (2001, p. 142) ressalta, este processo não “impede a presença nem o crescimento de outras classes no mesmo espaço”, mas sim que pode “haver tal exclusividade em bairros”. No caso de Ilha Solteira, há a desigualdade exposta entre as diferentes regiões, mas, como foi visto anteriormente, a empresa que planejou o núcleo urbano buscou manter bairros de nível 1 próximos aos de nível 6 como uma forma de tentar “amenizar” essas diferenças.

Sobre a segregação, o padrão visto em Ilha Solteira é semelhante à descrição de Castells (1983, p. 250), em que esse processo é descrito como a “tendência à organização do espaço em zonas de forte homogeneidade social interna e com intensa disparidade social entre elas”.

Em outra definição pertinente ao caso visto neste trabalho, Lojkin (1997, p. 189) distingue o referido processo em três padrões, sendo um deles semelhante ao identificado no recorte territorial deste trabalho. Assim, segundo o autor, a segregação é compreendida como uma “separação crescente entre as zonas e moradias reservadas às camadas sociais mais privilegiadas e as zonas de moradia popular”.

Dessa forma, Alvarez (2013, p. 113) salienta que a segregação urbana pode ser expressa principalmente “na morfologia profundamente desigual das habitações, na dificuldade e/ou impossibilidade de acesso à centralidade urbana e aos serviços”.

É importante ressaltar que Ilha Solteira foi fundada durante o período do regime militar, e nessa época a administração do núcleo urbano era feita por capitães ou tenentes nomeados pelos superiores. Até mesmo o acesso ao núcleo urbano era feito de maneira controlada. Conforme Sávio (2011, p. 17) ressalta:

Quando começou a ser ocupado, já praticamente pronto e com toda a infraestrutura necessária, o núcleo habitacional era praticamente um condomínio: tinha portarias de entrada e rígido controle sobre os visitantes. Não havia prefeitos, nem vereadores e sim uma administração especial, devidamente autorizada pelo Governo do Estado, e dirigida pela Cesp, a Companhia Energética do Estado, que tratava de disponibilizar todos os recursos necessários para o bem-estar da população.

Em outro exemplo da forma com que a aglomeração urbana era gerida nos anos de regime militar, a circulação de bebidas alcoólicas era proibida e havia também um controle para evitar que os operários fora do horário de serviço perturbassem o descanso dos demais.

Num período de autoritarismo nas decisões políticas, sob o comando de militares, as obras de Ilha Solteira não poderiam escapar do controle rígido dos generais. O primeiro administrador de Ilha Solteira, no início das construções, nos anos de 1968 e 1969, foi o general João da Rocha Fragoso, ex-secretário da Segurança Pública do Estado de São Paulo. Sob a chefia do general, as regras em Ilha Solteira eram muito rígidas. Havia um esquema para manutenção de silêncio na cidade, mesmo durante o dia, de maneira a não perturbar o sono dos que trabalhavam à noite. A bebida alcoólica era proibida, e todos os dias havia batidas nos alojamentos para recolher garrafas de bebidas e eventuais armas (SÁVIO, 2011, p. 55).

Contudo, o controle rigoroso era realizado inclusive nos locais de lazer da cidade. No caso dos clubes mencionados anteriormente, apesar dos operários dos níveis 1 e 2 não poderem frequentar locais que eram destinados aos níveis superiores, poderia ocorrer o contrário:

Obedecendo a essa hierarquia institucionalizada, os superiores (sócios dos clubes 5-6) poderiam frequentar as dependências dos outros clubes, assim como os de nível 3-4 poderiam frequentar o clube 1-2, mas não poderia ocorrer o inverso [...] Caso ocorresse uma entrada fortuita de algum cidadão de outro nível mais baixo em um clube destinado aos superiores, este corria o risco de sofrer sanções da empresa que poderia chegar à demissão (DOURADO, 2007, p. 75).

Com as obras sendo iniciadas em 1965, a usina hidrelétrica entrou em operação em 1973, mas foi concluída oficialmente somente em 1978. Com o final das obras e, posteriormente, do regime militar, iniciaram-se as discussões para que houvesse a emancipação de Ilha Solteira, que ocorreu somente em 1992. Após quase uma década de discussões, a cidade foi oficialmente emancipada após os cidadãos também elegerem o primeiro prefeito, o médico Edson Gomes, do Partido Liberal (PL).

Todavia, algumas mudanças no espaço urbano já estavam ocorrendo desde a década de 1980. Mendonça (2004, p. 28) menciona que:

O passo inicial para a efetivação da autonomia da cidade foi dado em 1980, com o cadastramento e a colocação à venda dos imóveis do núcleo urbano no mercado imobiliário. Ilha Solteira inicia então o processo de assumir sua própria identidade, com seu espaço urbano sendo transformado em função das diferentes atividades de seus moradores.

Segundo Dourado (2007, p. 79), entre 1981 e 1984 “a CESP deixou de ser a única proprietária da rede urbana, uma vez que começou um processo de privatização das unidades habitacionais”. Dessa forma, os moradores passaram a poder fazer modificações em suas casas sem depender da autorização da Companhia Energética de São Paulo (CESP)¹.

Após a emancipação ocorrida em 1992 e com o final do controle da cidade pela CESP, no decorrer da década novos bairros e novos empreendimentos habitacionais foram implantados na cidade. Nesse contexto, foi iniciado um processo de reestruturação em algumas áreas da cidade

¹ Dourado (2007, p. 79) ressalta que a CESP ainda continuou a administrar Ilha Solteira até 1992, ano da emancipação.

que traziam antigas moradias, ainda do início da cidade. Compreendemos a reestruturação nas palavras de Soja (1993, p. 193), em que há uma “freada” em antigas tendências, gerando então uma nova configuração no espaço.

Assim, com a criação de novos bairros em outras áreas, antigas moradias destinadas aos trabalhadores de nível 1, que estavam localizadas próximas à região central, foram substituídas. Essas modificações ocorreram principalmente entre o final da década de 1990 e o início dos anos 2000.

As pequenas casas, construídas com madeira e localizadas em ruas sem pavimentação, deram lugar a edifícios de dois ou mais andares compostos por quitinetes, que são ocupados em sua maioria por estudantes da Universidade Estadual Paulista (UNESP). As figuras 08 e 09 mostram alguns exemplos.



Figura 08. Casa de nível 1.
Fonte. Museu virtual de fotos históricas de Ilha Solteira e região.



Figura 09. Edifício para universitários.
Fonte. Acervo do autor.

Um detalhe importante, mencionando a universidade, é que a instituição de ensino utiliza várias das antigas instalações que foram construídas pela CESP durante os anos em que a usina hidrelétrica estava sendo construída e, posteriormente, já em funcionamento. Sávio (2011, p. 25) ressalta que o campus da UNESP, criado em 1976, tornou-se “fundamental para garantir a sobrevivência do núcleo habitacional de Ilha Solteira até tornar-se um município em 1991”. Nesse contexto, o contingente de novos moradores que rumavam à cidade ajudava a manter a economia aquecida mesmo após a conclusão da construção da usina hidrelétrica, que teve como

um dos resultados a saída de várias famílias que haviam chegado anteriormente a trabalho, mas que se deslocaram novamente para outros centros.

Nos mais de cinquenta anos que se passaram desde a chegada das primeiras famílias, algumas características foram mantidas, como a segregação entre os cidadãos que é traduzida pela disposição das moradias. Conforme Froelich (2001, p. 84) pontua, esta separação, vista como “necessária durante a realização da obra, mostrou-se bastante inconveniente depois, dificultando sobremaneira os rearranjos e contribuindo para o florescimento de preconceitos de vários tipos entre os habitantes”.

Contudo, em outros casos, as mudanças foram visíveis. Os clubes, que foram construídos nos primeiros anos do núcleo urbano ainda sob o controle da CESP, passaram por sérios problemas econômicos a partir dos anos 2000. O clube CAIS, por exemplo, que no passado era exclusivo para os moradores dos níveis 5 e 6, hoje está abandonado e sofrendo com incêndios e furtos. Ao mesmo tempo, o clube SEIS, para os níveis 3 e 4, ainda é usado com certa frequência para festas organizadas principalmente por alunos da UNESP, mas ainda assim as condições são bem diferentes do que era visto nas décadas anteriores². O campus universitário segue sendo ainda essencial para a economia da cidade. Além dele, o turismo também tem uma contribuição importante. Ilha Solteira conta com duas praias que atraem visitantes de outras localidades durante todo o ano.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ilha Solteira teve uma origem diferente das outras cidades no interior de São Paulo. O seu vir a ser ocorreu por conta do planejamento de uma empresa que viria a instalar uma usina hidrelétrica nos arredores. Assim, a Companhia Energética de São Paulo (CESP), inicialmente visava a construção de uma cidade-dormitório para os operários. Contudo, uma mudança nos planos estabeleceu que o núcleo urbano seria planejado para ser mantido mesmo após o término das obras.

² A Sociedade Recreativa dos Trabalhadores de Urubupungá, que era destinado aos trabalhadores dos níveis 1 e 2, foi anexado ao clube SEIS.

Todavia, este núcleo urbano trazia deste seu início a segregação como um conteúdo principal. Dessa forma, as casas foram distribuídas por níveis, sendo ocupadas de acordo com a função do trabalhador. As moradias iam do nível 1 ao 6, e sua estrutura melhorava conforme o nível ficava mais alto.

Assim como ocorria com as habitações, os trabalhadores também tinham locais de lazer que eram acessados de acordo com o seu nível. Existiam clubes para cada segmento. As diferenças eram impostas de cima para baixo. Dessa forma, as famílias que se enquadravam nos níveis inferiores não tinham autorização de frequentar os mesmos locais dos que estavam nos níveis superiores, correndo riscos de sofrer punições caso desrespeitassem as regras. Por outro lado, quem estava no topo da “hierarquia” tinha acesso livre a todos os lugares sem restrições.

Entre os anos de 1968 e 1978, respectivamente o início e a conclusão oficial das obras da usina hidrelétrica, o núcleo urbano de Ilha Solteira foi gerido pela CESP. Em uma época de regime militar, o administrador da cidade era escolhido internamente pelo governador do estado. Contudo, no início da década de 1980 já existiam os primeiros planos de emancipação da cidade, que ocorreu oficialmente em 1992. Nesses anos, já com o fim do controle dos militares, a própria companhia responsável pela usina foi deixando de ter uma participação tão direta na administração ilhense, especialmente após a emancipação, quando foi eleito o primeiro prefeito.

Todavia, depois de décadas de mudanças que ocorreram principalmente na paisagem urbana, poucas heranças dos anos anteriores ainda sobrevivem. Os clubes, que antigamente eram separados por níveis, hoje estão em situação precária. Uma parte das habitações de nível 1 localizadas próximas à região central foram substituídas, no começo dos anos 2000, por novas construções nos arredores do campus da UNESP, que hoje são ocupadas grande parte por estudantes universitários. No caso da universidade, criada na cidade em 1976, ainda hoje alguns departamentos ocupam antigas instalações da companhia. Até mesmo a usina hidrelétrica não é mais controlada pela CESP. Hoje, a administração é feita pela China Three Gorges Corporation (CTG), que detém 67% do empreendimento (CTG BRASIL, 2020).

No entanto, o principal problema visto em Ilha Solteira desde o seu planejamento inicial ainda continua evidente: a segregação, que surgiu como um conteúdo na produção do espaço urbano e se reafirmou ao longo dos anos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVAREZ, Isabel Pinto. A segregação como conteúdo da produção do espaço urbano. In: VASCONCELOS, Pedro de Almeida; CORRÊA, Roberto Lobato; PINTAUDI, Silvana Maria (orgs.). **A cidade contemporânea: segregação socioespacial**. São Paulo: Contexto, 2013.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A condição espacial**. São Paulo: Editora Contexto, 2011.

_____. Geografia crítica-radical e a teoria social. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SANTOS, César Simoni; Alvarez, Isabel Pinto (orgs.). **Geografia urbana crítica: teoria e método**. São Paulo: Contexto, 2018.

CASTELLS, Manuel. **A questão urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

CORRÊA, Roberto Lobato. Sobre agentes sociais, escala e produção do espaço: um texto para discussão. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão *et al.* **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2011.

_____. Segregação residencial: classes sociais e espaço urbano. In: VASCONCELOS, Pedro de Almeida; CORRÊA, Roberto Lobato; PINTAUDI, Silvana Maria (orgs.). **A cidade contemporânea: segregação socioespacial**. São Paulo: Contexto, 2013.

CTG BRASIL. **Usina Hidrelétrica Ilha Solteira**. Disponível em: <<https://www.ctgbr.com.br/usina-hidreletrica-ilhasolteira/>>. Acesso em: 21 out. 2019.

D'ALMEIDA, Carolina Heldt. **Produção empresarial da cidade: um laboratório / 1965-1974**. São Carlos, 2012. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de São Paulo, São Carlos.

DOURADO, Lilian Aparecida Campos. **O espaço público e a territorialidade do lazer na estância turística de Ilha Solteira/SP**. Aquidauana, 2007. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Aquidauana.

FROELICH, Gilval Mosca. **Ilha Solteira: uma história de riqueza e poder (1952-1992)**. São Paulo: EDUC, 2001.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/ilha-solteira/panorama>>. Acesso em: 21 out. 2019.

LOJKINE, Jean. **O estado capitalista e a questão urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

MENDONÇA, Nei Oliveira de. **Ilha Solteira e projeto cinturão verde: história e contradições**. Franca, 2004. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca.

MORAES E ARAUJO, Carlos Augusto. **Caracterização da associação dos pequenos agricultores no contexto do projeto cinturão verde de Ilha Solteira/SP**. Presidente Prudente, 2005. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Presidente Prudente.

SÁVIO, Fernando. **Ilha Solteira: um sonho, uma história**. São José do Rio Preto: THS Editora, 2011.

SENNETT, Richard. **O declínio do homem público**: as tiranias da intimidade. Rio de Janeiro: Record, 2014.

SOJA, Edward. **Geografias pós-modernas**: a reafirmação do espaço na teoria social crítica. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”. Departamento de Engenharia Elétrica. **Museu virtual**. Disponível em: <<https://www.feis.unesp.br/#!/museuvirtual>>. Acesso em: 24 out. 2019.

VIANNA, Mônica Peixoto. **Da edificação ao traçado urbano**: a experiência de planejamento regional integrado na CESP. São Carlos, 2012. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de São Paulo, São Carlos.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intraurbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel; FAPESP; Lincoln Institute, 2001.